



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Recorrente: VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

**Referente ao Processo nº 15.492/2023**

**Pregão Eletrônico nº 015/2023**

Trata-se de **RECURSO contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2023**, interposto pela empresa **VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 20.168.567/0001-89, com sede na Av. Presidente Lincoln, 1243, Lote 06 Quadra 18 loja B Vilar dos Teles, São João de Meriti/RJ, CEP: 25.555-201 neste ato representado por seu representante legal.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I (...)*

*XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:*

### II. TEMPESTIVIDADE



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 18/12/2023, encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entreposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

### III. DA ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 15.492/2023 referente ao pregão eletrônico para registro de preços para Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de link dedicado de Internet, Rede Privada de dados utilizando as tecnologia SD-WAN e MPLS, Segurança da Informação, incluindo os materiais e equipamentos necessários, configuração, ativação, operação e manutenção, além da supervisão e gestão de todos os serviços, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Saquarema nas condições estabelecidas pelo Edital e no Termo de Referência.

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 3º da Lei 8.666/93, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão que inabilitou a recorrente pelo descumprimento do item 11.11.4 do edital, abaixo transcrito:

*“11.11.4 A licitante deverá comprovar, para fins de qualificação técnico-profissional, que possui em seu quadro técnico permanente, na data prevista para entrega da proposta de preços, Engenheiro de Telecomunicações ou Engenheiro Elétrico ou*





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*Engenheiro Eletrônico, detentor de atestado com Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo CREA, demonstrando haver o profissional projetado ou executado projeto de características semelhantes ao objeto desta licitação.”*

#### IV. DOS PEDIDO DA RECORRENTE

**Alega, resumidamente, e após requer que:**

a) Na esteira do exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

b) Pedimos que seja analisado e revisto a decisão da inabilitação da VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e que a mesma seja considerada capacitada para prosseguimento no certame.

#### V. DA MANIFESTAÇÃO DE ANÁLISE DO RECURSO

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“I– DOS FATOS SUBJACENTES*

*Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente veio dele participar com a mais estrita observância das exigências editalícias*

*No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou Comprovação da capacitação técnico-operacional.*

*Vale constar que o atestado foi apresentado, conforme consta no roll de documentos digitais, enumerados - documento 25*

*A capacidade técnica da empresa refere-se ao objeto de disputa do certame e é assinado por órgão público (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI), onde a*



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*empresa VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, figura ainda como prestadora do serviço objeto do certame em maior quantidade do que se pede no edital, comprovada via contratos, e registre-se ainda que a mesma é detentora ainda de uma ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com a mesma exigência de serviços exigidos.*

## *II – AS RAZÕES DA REFORMA*

*Solicitamos que a Comissão de Licitação reveja os fatos que levaram a decisão da inabilitação da VERTEAM COMÉRCIOS E SERVIÇOS LTDA, entendendo alguns pontos relevantes, entre eles:*

- 1. ter a competitividade no processo licitatório favorecendo o órgão à ter a oportunidade de escolher o menor preço;*
- 2. rever os documentos apresentados como diligência nesse recurso;*
- 3. ter uma comissão de licitações com capacidade técnica comprovada para análises dos acervos que se pede;*
- 4. considerar os termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que rege o edital, onde em seu art. 30 e vedada as exigências de quantidade mínima ou prazos máximos.*

*Sobre ter a competitividade no processo licitatório:*

*Com a inabilitação das demais empresas, o PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA não terá a oportunidade de decidir pelo menor preço. Se considerarmos que a única empresa habilitada no processo ficará para a próxima etapa, caso ela esteja sem desconto ou descontos mínimos, o órgão deixa de se beneficiar o valor total do contrato por não ter a oportunidade de escolha entre as licitantes.*

*Vejamos apenas alguns dos textos abaixo:*

*“A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário) “*

*Realize o devido procedimento licitatório quando a cessão for destinada à execução de empreendimento de fim lucrativo, sempre que houver condições de competitividade, nos termos do art. 18, § 5º da Lei nº 9.636/1998. Acórdão 1108/2008 Plenário*

*9*





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*A ampliação da disputa entre os interessados tem como consequência imediata a redução dos preços. Aliada à celeridade, a competitividade é característica significativa do processo. A possibilidade de simplificar o procedimento licitatório, sem perda da essência da competitividade e da isonomia, deve marcar toda licitação. Acórdão 1547/2004 Primeira Câmara (Voto do Ministro Relator)*

*Os fatores de pontuação técnica devem restringir-se a quesitos que reflitam melhor desempenho e qualidade técnica da licitante no serviço a ser prestado, de modo a não prejudicar a competitividade do certame. Acórdão 126/2007 Plenário (Sumário)*

*Para favorecer a competitividade e a obtenção do menor preço, as exigências para participação em licitação não devem passar do mínimo necessário para assegurar a normalidade na execução do futuro contrato, em termos de situação jurídica, qualificação técnica, capacidade econômica e regularidade fiscal. Acórdão 1699/2007 Plenário (Sumário)*

## 2. CONSIDERAR OS DOCUMENTOS DAS DILIGÊNCIAS:

*Para comprovação da capacidade técnica tanto do profissional quanto da licitante, a comissão de licitação fez uma análise primária dos documentos enviados e mesmo assim optou em inabilitar a VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA para a próxima etapa da licitação."*

### Resposta ao Recorrente:

Importante salientar que este pregoeiro está atento aos princípios básicos das licitações e não tem a intenção de comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo de qualquer processo licitatório. Entretanto, no trato dos negócios públicos, o Administrador deve observar as formalidades legais a fim de preservar o interesse público, a segurança das relações jurídicas a constituição de direitos e o erário municipal.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Inicialmente trago à luz o que diz o Art. 41 da lei 8.666/93, *in verbis*:

*“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está disciplinado nos artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, que rege o procedimento licitatório, vejamos:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

*Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*[...]*

*XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;”.*

Neste sentido, dentre as principais garantias que cercam o processo licitatório (princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade e eficiência), pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame.

Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Em outras





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

palavras, dizemos que: **“nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”**

Dito isto, pode se dizer, sob um certo ângulo, que o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos

Como bem destaca FERNANDA MARINELA, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação:

*“Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.”*

Contudo, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere

Cabe esclarecer que o objeto do lote 2 cotado pela recorrente é: “LINK DE ACESSO À INTERNET BACKUP”, ainda descrito como parcela de maior relevância no item 11.11.10 do edital.

Assim versa o item 11.11.4 do edital:

*“11.11.4 A licitante deverá comprovar, para fins de qualificação técnico-profissional, que possui em seu quadro técnico permanente, na data prevista para entrega da proposta de preços, Engenheiro de Telecomunicações ou Engenheiro Elétrico ou Engenheiro Eletrônico, detentor de atestado com Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitida pelo*



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

CREA, demonstrando haver o profissional projetado ou executado projeto de características semelhantes ao objeto desta licitação.

Segue abaixo a CAT apresentada pela recorrente:

#### ATESTADO PARCIAL DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa VERTEAM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 20.168.567/0001-89, estabelecida na Rua Arnaud Guedes de Amorim, nº 120, Coelho da Rocha, na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, tendo como responsável técnico PATRÍCIA SILVA CUNHA, prestou serviços à CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 30.606.412.0001/30, estabelecido na Rua Defensor Público Zilmar Duboc Pinaud, nº 77, Vilar dos Teles na cidade de São João de Meriti no Estado do Rio de Janeiro, detém QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E HABILITAÇÃO PARA OPERAR COM SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO.

Registramos que a empresa atestada prestou até o presente momento os serviços/entregou produtos abaixo:

Serviços de manutenção preventiva e corretiva, por técnicos especializados; ampliação do Sistema de sonorização interno; Gravação de digital das Sessões; Disponibilização, temporária de equipamentos de para acompanhamento dos serviços de rotina nas datas das sessões e em eventos realizados pela a Câmara Municipal; Atendimento de Urgência, em no máximo 24 horas, todas as vezes que forem solicitados; Assessoria e pareceres técnicos acerca de aquisição de equipamentos de sonorização; Assistência Técnica; Treinamento e capacitação dos servidores da Câmara Municipal para utilização de novos equipamentos. (Fonte: CMSJM)

Processo Licitatório n.º 0130/18 Modalidade: Pregão n.º 004/18

Vigência: 09/05/2018 à 08/05/2019 Termo Aditivo: 01

Vigência: 09/05/2019 à 08/05/2020 Valor: R\$ 82.143,48





PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Se tratando de LINK DE ACESSO À INTERNET BACKUP, não guarda semelhança com o serviço de sonorização da Certidão de Acervo Técnico(CAT) apresentada pela licitante.

Em oposição ao dito pela recorrente em sua peça recursal “a douta Comissão de Licitação julgou a subscrevente inabilitada sob a alegação de que a mesma não apresentou Comprovação da capacitação técnico-operacional. Vale constar que o atestado foi apresentado, conforme consta no roll de documentos digitais, enumerados - documento 25” transcrevo o motivo de rejeição de proposta registrado em ata do sistema ComprasNet:

Recusa de proposta	18/12/2023 15:32:48	Recusa da proposta. Fornecedor: VERTEAM COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ/CPF: 20.168.567/0001-89, pelo melhor lance de R\$ 26.340,0000. Motivo: Não atendeu ao item 11.11.4 - CAT do profissional incompatível com o objeto licitado.
--------------------	------------------------	---

Ainda, para fins de transparência dos atos praticados e na intenção de evitar recursos meramente protelatórios, como esta peça apresentada que prejudica a celeridade dos atos administrativos, o pregoeiro antes da inabilitação, chamou a licitante em chat, que assim manifestou-se:

Pregoeiro	18/12/2023 15:23:48	Para VERTEAM COMERCIO E SERVICOS LTDA - Senhor licitante, está conectado? Prazo de resposta será de 05(cinco) minutos.
20.168.567/0001-89	18/12/2023 15:24:48	Boa tarde! sim.
Pregoeiro	18/12/2023 15:25:44	Para VERTEAM COMERCIO E SERVICOS LTDA - Senhor licitante, não localizei junto a sua documentação o CAT do profissional com serviço semelhante ao objeto da licitação.
Pregoeiro	18/12/2023 15:25:57	Para VERTEAM COMERCIO E SERVICOS LTDA - Alguma manifestação, neste momento?
Pregoeiro	18/12/2023 15:26:38	Para VERTEAM COMERCIO E SERVICOS LTDA - Prazo de resposta será de 05(cinco) minutos.
20.168.567/0001-89	18/12/2023 15:27:14	Está anexado junto à habilitação, mas posso anexar novamente.
Pregoeiro	18/12/2023 15:30:25	Para VERTEAM COMERCIO E SERVICOS LTDA - Senhor licitante, só está anexo à habilitação uma CAT de serviços de sonorização, o que não possui semelhanças com do edital. Na forma do art 43, § 3o da lei 8.666/93 é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Em conclusão, entendo que o presente recurso não merece prosperar, considerando todas as fundamentações acima apresentadas.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito **nego-lhe provimento**.

Firmo que a recorrente **NÃO ASSISTE RAZÃO** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 015/2023.

Mantenho a decisão em declarar inabilitada a licitante **VERTEAM COMERCIO E SERVICOS LTDA** pelo descumprimento do item 11.11.4 do edital.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer e posteriormente à autoridade competente para ciência e decisão final relativa ao certame.

Saquarema, 04 de janeiro de 2024.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro  
Diretor Adjunto de Licitação  
Mat. 8109